

Avanço da pecuária e mudança social de agricultores familiares no semiárido brasileiro: o caso do Pajeú Pernambucano¹

Resultado de investigação finalizada

GT 05- Desarrollo rural, globalización y crisis

Aldo Manoel Branquinho Nunes²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as dinâmicas de mudança social vivenciadas pela agricultura familiar do semiárido nordestino engendradas pelo processo de (re)pecuarização (entendida como o avanço do criatório de animais em detrimento da agricultura, em especial das lavouras temporárias e de auto-consumo), que se estabeleceu na passagem da década de 1970 para a década de 1980, com a crise dos ciclos do algodão e do sisal. Este texto empenha-se, especificamente, em analisar transformações (especialmente de diferenciação social) engendradas por dois grupos familiares, na área do Sítio Santo Izidro, no município de São José do Egito (PE) que, incentivadas por políticas de modernização institucional e por processos de racionalização produtiva, abandonaram, em momentos distintos, o projeto territorial que se apoiava na combinação cotonicultura/sisalicultura/culturas alimentares/pecuária para se dedicarem quase que exclusivamente à pecuária e, enfim, instituir uma nova dinâmica de territorialização.

Palavras-chave: (Re)pecuarização. Mudança Social. Agricultura Familiar

1 - Introdução

A atividade produtiva da pecuária está intimamente relacionada com o semiárido desde o período colonial. No presente, apresenta-se ora como permanência (ou herança) em relação ao passado, ora como renovação. Se, por um lado, não se pode dizer que, em algum momento histórico, a pecuária deixou de ser acessada enquanto estratégia produtiva, vindo a ressurgir em outro período como atividade dominante; por outro, deve-se reconhecer o processo de ressignificação (engendrado pelos mais diversos atores) que a criação de animais vem sofrendo, especialmente nas últimas três décadas. Assumimos, portanto, que esse referido processo de avanço e ressignificação da pecuária – a que estamos chamando de (re)pecuarização – no campo da prática e do discurso, tem engendrado transformações que perpassam/repercutem num leque bastante amplo das esferas da vida social do espaço rural e mesmo do espaço urbano de grande parte dos municípios do semiárido nordestino – em especial nas relações de trabalho, nas estratégias de reprodução social de grupos de agricultores familiares, na ocupação do solo e no uso de recursos naturais. Neste trabalho refletimos como se instituiu, no Sítio Santo Izidro, esse novo processo de territorialização (CUNHA *et al.* 2008), para

¹ Trabalho elaborado a partir de dados produzidos na pesquisa de mestrado que originou a dissertação intitulada “A (re)pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE)” premiada pela Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) e pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA) sendo considerada a melhor dissertação em Sociologia Rural produzida no ano de 2011.

² Bacharel em direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), bacharel, mestre e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

tanto, relacionamos os esforços discursivos de reabilitação da pecuária (processo de ressignificação) com mudanças figuracionais (ELIAS, 1970), processos de reconversão produtiva (BOURDIEU, 2007) inseridos no contexto de modernização produtiva e institucional, relacionado com políticas públicas de crédito, financiamento, incentivos fiscais e difusão de tecnologias, a partir da crise do sistema algodoeiro/sisaleiro.

No Pajeú, microrregião do estado de Pernambuco, o processo de expansão da pecuária, que aqui estamos chamando de (re)pecuarização, é visualizado pelo aumento do efetivo de ruminantes, economicamente relevantes (bovinos, ovinos e caprinos), e demandantes de quantidades significativas de espaço com pastagens. De 1975 a 2008, na microrregião, que acompanha uma lógica regional, os rebanhos tiveram um acréscimo de 183%, conforme dados da Pesquisa Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Essa expansão no efetivo de ruminantes está relacionada com a diminuição (na ordem de 27%, de 1995 a 2006, segundo números do Censo Agropecuário) das áreas destinadas a lavouras temporárias (ou destinadas à agricultura de sequeiro que são, para a agricultura familiar do semiárido, uma importante fonte de subsistência) e o aumento das áreas destinadas a pastagens plantadas (na ordem de 33%, entre 1995 e 2006). Chama ainda mais atenção, o fato de o Pajeú – que é, através da feira de gado de Tabira, o segundo maior polo de comercialização de animais do Estado de Pernambuco – ser uma área de predomínio, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, da agricultura familiar que ocupa 61% da área agrícola e detém 76% do rebanho de bovinos (NUNES, 2011).

Além disso, nos últimos anos, na microrregião, existe um claro direcionamento das políticas públicas federais, estaduais e municipais destinadas ao incentivo da agricultura familiar em favor da pecuária, como, por exemplo, o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF), que até 2010 destinou 97,8% dos recursos liberados para o investimento nas atividades do criatório, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tiveram, respectivamente, 97% e 46% dos recursos destinados à compra de produtos de origem animal. Associados a esses aspectos, destacamos a emergência de toda uma arena discursiva – em que estão presentes as mais diversas instituições públicas e privadas (bancos, instituições de pesquisa, assistência técnica, extensão rural, cooperativas, associações) e o ressurgimento de eventos artístico-culturais, religiosos e esportivos (vaquejadas, cavalgadas, missas de vaqueiros, pegadas de bois e exposições de animais) – que, ao mesmo tempo, legitima o projeto da pecuária e reabilita os símbolos históricos dessa atividade (NUNES, 2011).

Especificamente, para esse trabalho apresentamos o caso do Sítio Santo Izidro, exemplo de espaço em que os processos de reconversão produtiva estiveram relacionados com dinâmicas de diferenciação social e de mudança no posicionamento de grupos sociais na ‘estrutura de classes’, engendradas por mudanças figuracionais – protagonizadas, no sítio, por dois grupos familiares, os “Freitas/Valentim”, de um lado, e as “outras famílias”, de outro) – que associam alterações nas relações de poder, transformações na estrutura agrária e no padrão familiar, mudança nas relações de trabalho, avanço da pecuária em relação a lavouras temporárias e atualização de discursos em favor do criatório de animais, após a crise do sistema pecuária/algodão/sisal/culturas alimentares/moradia/latifúndio.

2 - O Sítio Santo Izidro e as reconversões produtivas: do tempo do algodão ao tempo da pecuária

Na divisa dos municípios de Tuparetama (PE) e São José do Egito (PB), na sua porção sudeste, encontra-se o Sítio Santo Izidro, ocupando uma área que fica em torno de 1200 hectares, dividida em cerca de vinte propriedades. Por estar localizado num terreno muito acidentado, com áreas de altos alternando com áreas de baixas e baixios, após a década de 1960, o sítio foi palco da construção de vários açudes de pequeno porte, o que, conseqüentemente, implicou na valorização de áreas de baixio, represas e vazantes (que foram apropriadas principalmente por integrantes da família Freitas/Valentim,

que será vista mais à frente) em detrimento das áreas dos altos (ocupadas principalmente por várias outras famílias).

A formação do sítio, na sua formatação próxima à atual, remonta, segundo relatos de atuais moradores, a passagem do século XIX para o século XX. Dois processos simultâneos contribuíram para a formação do sítio: a repartição sucessiva de uma área ocupada por um ancestral comum, chamado “Pai Teté” (ou Pai Valentim) – filho de um senhor chamado “Caxexé”, vindo provavelmente do Agreste de Pernambuco, o primeiro morador da casa mais antiga do sítio, construída na passagem do século XVIII para o século XIX – decorrente da morte do “Pai Teté”, o que ocasionou a partilha da propriedade (ou da posse, não se sabe ao certo) entre seus herdeiros, que viriam a constituir a família Valentim (ou Nascimento); o outro processo se refere à dissolução (repartição) de áreas de propriedade do Coronel Chico Cândido³, que, na iminência de falir, com as primeiras crises do algodão nas primeiras décadas do século XX, começou a vender partes de suas fazendas para moradores, funcionários e vizinhos. Foi o que ocorreu particularmente no Sítio Santo Izidro, em que o Coronel Chico Cândido vendeu suas terras (inclusive o vapor de descarçamento da pluma e o engenho de rapadura) nas redondezas do sítio para um de seus funcionários chamado Quinca Félix, que viria a vender essas terras a alguns produtores rurais (ex-moradores e pequenos proprietários das vizinhanças) da região de Bonfim e algumas pessoas de fora que chegaram à região por motivos diversos (migração do agreste, comércio, boas oportunidades de compra de propriedades).

Nesse contexto, chama atenção especial a figura do senhor Zé Augusto, um almocreve, advindo da região de Pesqueira (PE), que, numa das passagens pelo sítio, constituiu casamento com umas das filhas do “Pai Teté”. Zé Augusto terminou comprando, com o capital acumulado na atividade de tropeirismo, as melhores áreas, inicialmente adquiridas por Quinca Félix, do Coronel Chico Cândido, além de anexar partes da herança de sua esposa, que era da família Valentim (ou Nascimento).

Em paralelo a esses dois processos de formação do sítio – partilha decorrente das terras de Pai Teté e dissolução das áreas regidas pela lógica do latifúndio do Coronel Chico Cândido –, ocorreu, desde o início do século XX, a ocupação das terras do entorno dessas duas áreas iniciais por moradores do “Pai Teté”, do Coronel Chico Cândido (e posteriormente de Zé Augusto) e trabalhadores despossuídos, o que viria a dar origem às propriedades menores nos arredores e nos entremeios dessas áreas originárias.

A história do sítio tem relação com a ascensão e crise de ciclos econômicos regionais que, de uma forma ou de outra, numas épocas mais, noutras menos, articulava a pecuária no processo produtivo. Inicialmente, desde o século XIX, na época em que a área era apropriada sob a lógica do latifúndio, o binômio pecuária-algodão cumpria o papel central na organização socioeconômica⁴. As primeiras crises do algodão, na passagem do século XIX para o XX, foram determinantes para a reconfiguração da área antes regida pelo latifúndio que, impossibilitado de reproduzir-se, começou a se desintegrar em pequenas e médias propriedades. Após essas crises iniciais a cultura do algodão (que não desapareceu) se recuperou, estando presente na área (já com certo grau de desconcentração fundiária) e no cotidiano das pessoas até a crise definitiva que se inicia na década de 1970.

As famílias moradoras do sítio cultivaram algodão (predominantemente) e culturas alimentares de forma combinada com o criatório até a década de 1960. A partir dessa época, o cultivo de sisal entra

³ Grande proprietário de Monteiro (PB) que possuía muitas fazendas naquelas alturas dos estados da Paraíba e Pernambuco (Cariri e Pajeú). O coronel, através de vários moradores e funcionários, além do criatório de gado, cultivava grandes áreas de algodão que era processado em suas próprias “bulandeiras” ou “vapores” e era vendido em alguns centros de comercialização como Campina Grande e Recife.

⁴ No campo da teoria social existe certo consenso, no que se refere à prevalência da pecuária (em relação ao algodão) na composição de receitas da grande propriedade na época do auge do sistema pecuária-algodão-latifúndio. No caso citado, apesar de não termos informações precisas sobre esse tema, sabemos que algumas áreas sob domínio do coronel Chico Cândido começaram a se dissolver justamente após essas crises iniciais da cotonicultura na transição de um século para outro.

no contexto produtivo para disputar espaço com o algodão e, a partir de 1980, ocupa papel central até o início de 1990. A pecuária esteve presente, nesse contexto, até 1980, como atividade secundária para as famílias do sítio, que tinham na produção de algodão – no caso, vendido a atravessadores para ser processado em cidades como São José do Egito/PE e Campina Grande/PB (o Sr. Zé Augusto era também um desses atravessadores) – e nas culturas alimentares o centro dos esforços produtivos.

Foi na década de 1980 que o gado começou a tomar o espaço dos cultivos, primeiro para as famílias mais bem estabelecidas – é o caso de alguns descendentes diretos do “Pai Teté” e de cinco dos quatorze filhos do Sr. Zé Augusto que – ,através do criatório e para o criatório passaram a adquirir partes de terras no próprio sítio (principalmente das irmãs que se casaram fora do sítio e dos irmãos que migraram para outras regiões do país) e em sítios vizinhos. Para o restante das famílias do sítio, a pecuária só vai se estabelecer enquanto atividade principal na década de 1990.

É interessante reter que, dentro desse contexto de concorrência, da bovinocultura com a sisalicultura (que desenvolveu o desinteresse por parte dos filhos de Zé Augusto em continuar com a produção de sisal), o que prevaleceu foi o gado, como é o caso de alguns desses agricultores que terminaram se especializando na criação e comércio de gado após a crise desse ciclo econômico, não só por terem tido prejuízo com a morte de animais provocada pelo sisal, mas por acharem mais viável economicamente.

Em outros momentos, quando perguntados se a atividade da pecuária era vantajosa, alguns agricultores não só declaram que é boa, lucrativa, mas atribuíram um caráter sentimental para com o gado, o que demonstra certas disposições incorporadas em favor da pecuária, como também expõe mudanças na estrutura familiar e nas relações de trabalho que terminam por limitar a produção agrícola.

3 - As dinâmicas da pecuária e a diferenciação social no Sítio Santo Izidro

Essa descrição inicial do histórico do sítio demonstrou como a área deixou de ser um espaço regido pela lógica do latifúndio, para ser formado por pequenas propriedades; como uma mesma área, pôde, ao longo do tempo, inserir-se em dinâmicas produtivas diferentes, respondendo a demandas de determinados grupos e provocando o deslocamento de posições de determinados atores, num contexto de correlação de forças. Agora, nesta seção nos esforçaremos em refletir como a pecuária entra nesse processo de mudança e diferenciação social no sítio.

Como já indicado anteriormente, os habitantes do sítio podem ser tipológico e analiticamente agrupados de duas formas que se distinguem por uma série de fatores, dentre eles: a) origem; b) quantidade de terra disponível; c) renda; d) inserção nas instâncias decisórias municipais e, por fim (mas, o que de fato será dado atenção especial nesse trabalho), o relacionamento desses diversos atores com a atividade da pecuária. Esses grupos não devem ser encarados como estáveis, estanques, definitivos, mas sim como retratos temporários de uma realidade recortada e interpretada pelo viés da regularidade. Eles têm, portanto, a capacidade de serem mutáveis ao longo tempo e serem porosos um em relação ao outro, no sentido de que indivíduos, em certas situações, podem estar incluídos num agrupamento e, em outras ocasiões, pertencer ao grupo oposto. Chamamos a atenção para o fato de que, em algumas situações, principalmente no que se refere ao processo produtivo da pecuária, esses dois segmentos exercem funções complementares (como por exemplo, a compra de mão de obra, de outras famílias, pelos Freitas, a venda do material genético de seu rebanho para outras famílias e a atividade de atravessador que os Freitas exercem em relação à comercialização dos animais das outras famílias), ou seja, cumprem papéis diferenciados que dão a aparência de um funcionamento ordenado e sistêmico para a pecuária regional, mas que, na verdade, informam relações de dominação, dependência e subordinação de uns grupos em relação a outros. Os grupos foram, pois, por nós, apesar de fundamentadamente pensados, arbitrariamente intitulados: os descendentes imediatos de Pai Teté (os Valentim), os de Zé Augusto (os Freitas) e os outros, que não são descendentes de Zé Augusto

(portanto não são Freitas), nem são descendentes imediatos de “Pai Teté” (alguns podem até ser Valentim, mas se são, são de segunda ordem), pertencentes a outras famílias como Soares, Chagas, Rodrigues e Souza.

Os Freitas e os Valentim, entendidos sob uma ótica homogeneizante, diferenciam-se dos outros moradores do sítio por possuírem um pouco mais de terra, e portanto, um pouco mais de gado, mas, além dessas diferenças quantitativas, é importante destacar algumas diferenças qualitativas principalmente no que se refere ao seu relacionamento com a atividade da pecuária. Para alguns integrantes da família Freitas, a pecuária, além de ter ocupado o papel central no que se refere às atividades produtivas, é praticada sob um padrão técnico diferenciado e direcionada a atingir objetivos específicos e bem delimitados (como alcançar nichos de mercados específicos, como por exemplo, o mercado de juntas de bezerros e reprodutores, ½ Indubrasil e ½ Gir, principalmente na feira de Tabira).

As outras famílias do sítio estão apoiadas no seguinte sistema socioprodutivo: a) pequenas propriedades com área abaixo de 40 hectares; b) atenção considerável às culturas alimentares; c) certa dependência de rendas e assalariamento externos, como comércio e trabalho na diária; d) mão de obra basicamente familiar; e) relativa sujeição a atravessadores; f) pouca liquidez do rebanho – predomínio do “gado de cria”; g) baixo nível tecnológico; h) predomínio de pastagens naturais; i) melhoramento genético pouco criterioso; e j) processo de (re)pecuarização em andamento, com lento avanço das áreas de pasto sobre as áreas de lavoura.

Em contraposição, o sistema socioprodutivo de alguns integrantes da família Freitas é baseado nos seguintes aspectos: a) propriedades com área em torno de 100 hectares; b) atenção mínima às culturas alimentares; c) pecuária como atividade produtiva central na geração da renda familiar; d) produção familiar dependente de mão de obra externa; e) certa independência em relação a atravessadores – eles também trabalham como atravessadores; f) alta liquidez do rebanho – presença do “gado de cria e “gado de venda”; g) predomínio de pastagens plantadas e presença de pastagens irrigadas; g) médio nível tecnológico que combina semiconfinamento, plantio de forrageiras mais resistentes e mais nutritivas e melhoramento genético criterioso; e h) avançado processo de (re)pecuarização.

Esse posicionamento social diferenciado de alguns Freitas e Valentim está relacionado com o acesso a políticas públicas e recursos financeiros desde a década de 1980, destinados ao ordenamento produtivo via pecuária bovina, em substituição à cotonicultura e à sisalicultura, como o Projeto Sertanejo, e créditos bancários – Banco do Brasil (BB) e Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE) – destinados à agropecuária, o que não ocorreu de forma generalizada no sítio, só para alguns integrantes dessas famílias.

Mais recentemente, na década de 1990, essas famílias desfrutaram também da ampliação (talvez resultado dessa forma diferenciada de posicionamento) de influência política, o que se verificou pela eleição e reeleição de um dos filhos do Sr. Zé Augusto ao cargo de vereador. Atualmente, apesar de nenhum membro do sítio ter mandato, verifica-se que membros da família Freitas continuam detendo certo capital político (no que se refere à representação política) e influência junto, principalmente, à prefeitura municipal e com certo distanciamento das instâncias sindicais e classistas. O que interessa reter é que essa forma de diferenciação, via e para a pecuária, esteve, imbricadamente, relacionada com o acesso às instâncias governativas e com a conquista de capital político, que ora funcionou como meio do processo de (re)pecuarização, ora como o fim para o qual a pecuária funcionava como meio, como apoio econômico e simbólico para a captação de prestígio político.

De outra forma, existe certa influência dos Freitas no processo produtivo da localidade como um todo. Eles são tidos como referência para o restante das famílias quanto à condução do criatório, devido à qualidade genética de seu gado. Há relatos de que eles foram os primeiros indivíduos a introduzirem, no final da década de 1980, o sangue da raça Gir no gado Indubrasil, que até então era raça zebuína mais difundida no Nordeste e no Pajeú, desde 1960. Atualmente esse cruzamento

desenvolvido pelos Freitas tem sido adotado não só por agricultores familiares da vizinhança, mas também por grandes proprietários da região que enxergam, nessa estratégia, uma forma de dar resistência e rusticidade aos animais.

As outras famílias do sítio só têm conseguido acessar políticas públicas e crédito no novo contexto que surge na década de 1990 e se estabelece na década de 2000. Mais precisamente, o que se verifica é que esse agrupamento tem se fortalecido produtivamente através do PRONAF e de outros programas como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e PAA. Verificamos que essa acessibilidade está relacionada com a expansão do associativismo na área e da aproximação/alinhamento com o movimento sindical (Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR) na última década. No entanto, esse maior acesso às políticas públicas, principalmente pelas outras famílias, promoveu um quadro de discursividade conflituosa em relação à pecuária, que se expressa no conflito de gerações para dentro do próprio grupo (da família Rodrigues) e no conflito de projetos territoriais entre diferentes grupos (parte dos Rodrigues X os Freitas). A fala de uma agricultora do Sítio Santo Izidro (da família Rodrigues) demonstra bem, como emergem disputas quando diferentes projetos para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar são postos na arena e incorporados por políticas públicas mais recentes que tentam deslegitimar políticas públicas do passado:

Aqui em casa, meu pai pensa que o negócio é criar gado, como esses filhos de Zé Augusto, que é mais lucrativo e tal, mas eu sou mais pela criação de caprinos, ovinos, apicultura e pela produção agroecológica, principalmente depois que eu entrei no sindicato, foi lá que conheci a agroecologia e vi que o gado destrói muito a natureza (...) Nessas oficinas do P1MC e do P1+2 a gente vê que o certo é conviver com o semiárido, por isso eu acho que é mais certo criar cabras e ovelhas porque elas são adaptadas e não destroem a natureza como ocorria antigamente, que as políticas só incentivavam a bovinocultura. (agricultora, comerciante, dirigente sindical do STR de São José do Egito, 23 anos, família Rodrigues, área de 16 hectares).

Esse movimento de aproximação ao sindicalismo e ao associativismo, portanto, não é seguido pelos Freitas, mas é recompensado com a aproximação a algumas forças políticas hegemônicas locais, o que não significa dizer que todos os irmãos são do mesmo “lado”. O que na verdade ocorre é uma divisão entre os irmãos no que se refere ao apoio a essas forças políticas que se opõem: alguns apoiam a situação, outros apoiam a oposição. Esse dado indica que, dentro de um mesmo campo aparentemente “homogêneo”, pode haver disputas, conflitos e cisões.

Mas o que também chama atenção nesse processo é a associação que se faz entre a real melhoria, ou a uma melhoria visada, nas condições de vida e econômicas que a pecuária proporcionou ou poderá proporcionar. Todos os chefes de família entrevistados, independentemente de participarem da família Freitas/Valentim ou de outras famílias, quando perguntados sobre a pecuária, se era vantajosa, se era boa, se causava algum malefício para o Sertão, responderam favoravelmente ao criatório.

De outra forma, a pecuária tem possibilitado, também para representantes das outras famílias, a mudança e a diferenciação social. Na fala seguinte, o agricultor demonstra com satisfação como, através da conversão de capitais que o criatório proporcionou, ele pôde abandonar uma posição de subordinação, representada pelo trabalho alugado, e entrar no ramo do comércio, passando a subordinar outras famílias, ao mesmo tempo em que declara o potencial de diferenciação e distinção que ocorre entre quem cria e quem não cria, indicando assim que a pecuária tem a ver com questões de status:

(...) Se eu for te explicar o que eu fazia e o que eu faço depois do gado, você se vira e diz tá doido, hoje eu faço tudo no mundo, compro madeira, compro carvão, tenho o bar, antigamente eu trabalhava alugado eu me esforçava mais, hoje, Deus me livre de eu dar um dia alugado (...) se eu for contar os negócio que eu ganhei dinheiro em gado, não sei não, mas se eu for contar não tem salário que pague, no ano passado eu somava todo mês, eu ganhava R\$ 1700 contos (...) olha, eu dou de comer a uns quatro cabra, comprando carvão (...) E outra coisa, não dá pra comparar o cabra que cria com o cabra que não cria, o cabra que não cria é mais é cansativo, eu sei que é, eu não tenho nada, mas eu não vou me comparar com um cabra que não cria não, porque quem cria ta numa posição melhor (...). (agricultor, comerciante, 52 anos, família Soares, área de 13 hectares).

De toda maneira, o que pudemos notar no sítio é que o conjunto de políticas públicas e linhas de crédito existentes desde a década de 1980 (mais para os Freitas/ Valentim) e desde 1990/2000 (mais para as outras famílias), aliados a uma série de fatores de ordem estrutural hipoteticamente levantados e parcialmente verificados pela empiria (tendência à mudança na estrutura fundiária, com acesso à terra por grupos anteriormente despossuídos, mudança no padrão da familiar com diminuição do número de filhos, mudança no padrão das relações de trabalho com o fim da moradia, mudança nas tendências de mercado que passam a ser mais favoráveis à pecuária que à agricultura⁵, diversificação das receitas e da renda no campo⁶ que podem ser reinvestidas na pecuária, êxodo rural, além de disposições incorporadas em favor da pecuária), foram responsáveis pelo direcionamento da área a um sistemático processo de substituição das áreas de lavouras alimentares por áreas destinadas ao criatório de grandes (principalmente) e pequenos ruminantes. Esses fatores são sintetizados, e, de certa maneira, generalizados, de forma contraditória, nas falas dos agricultores, através de três argumentos principais que são: a falta de mão de obra (mais para os Freitas), maior lucratividade (mais para as outras famílias) e por ser uma atividade menos trabalhosa. É o que se percebe em várias falas em que os agricultores criticam a falta de mão de obra, condenando as aposentadorias, o Bolsa Família e as escolas na cidade, que, segundo eles, causam preguiça nos jovens que não querem trabalhar na agricultura, ao mesmo tempo em que reconhecem que a pecuária é mais lucrativa e a agricultura uma perda de tempo por ser muito trabalhosa, além de admitirem que investir o dinheiro da aposentadoria na criação de gado é um bom negócio:

4 - Considerações finais

Ao analisarmos o caso do Sítio Santo Izidro, percebemos que a área se insere no processo de (re)pecuarização como fruto de mudanças figuracionais, repercutidas de forma relativamente geral no semiárido, que estão relacionadas, como vimos, com o encadeamento dos seguintes aspectos: a) alterações nas relações de poder e mudança nos posicionamentos sociais de diversos grupos, em que uns se fortalecem em detrimento de outros, frente à crise do sistema latifúndio/cotonicultura/moradia; b) mudança na estrutura fundiária, com tendência à desconcentração de terras; c) alterações nas relações de trabalho, com decadência da moradia; d) mudança no padrão da família sertaneja, com

⁵ Além de estar relacionada com o fim dos ciclos do algodão e do sisal, avanço da pecuária no Sertão do Pajeú, se relaciona com outros processos da escala macroeconômica como a monopolização das culturas de grãos por parte das grandes propriedades do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que passam a determinar não só os custos de produção, mas também o preço final dos produtos, e, de certa maneira, inviabilizam a prática agrícola, principalmente no semiárido onde os riscos são muito mais elevados que em outras regiões do país (NUNES e CUNHA, 2010).

⁶ Com a aposentadoria, políticas de transferências de renda e pluriatividade.

tendência à diminuição do número de filhos, combinado com êxodo rural; e) mudança da pauta e do enfoque das políticas públicas para mundo rural, que envolve a inclusão da agricultura familiar como alvo dessas políticas; f) atualização de costumes locais e disposições incorporadas favoráveis à pecuária; g) reabilitação dos símbolos históricos da pecuária correlacionada com processos de legitimação das atuais práticas do criatório, etc.

No sítio pudemos observar uma realidade em que as grandes propriedades começam, ainda no início do século XIX, a vivenciar processos sucessivos de fragmentação e constituir uma área caracterizada pelo predomínio de pequenas propriedades de agricultores familiares, sob influência da cotonicultura e da sisalicultura (entre 1960 e 1980). Nesse espaço, tivemos um processo de avanço da bovinocultura sobre a agricultura que se inicia na década de 1980, já por agricultores familiares da atualidade o fato é que esse avanço não se deu de forma uniforme para todas as famílias do sítio. O que ocorreu é que os dois grupos distintos (os Freitas/Valentim e as outras famílias) entraram nesse novo contexto de relacionamento com a pecuária em momentos distintos. Os Freitas/Valentim abandonaram as lavouras de autoconsumo já na década de 1980 e foram influenciados e incentivados pelo discurso modernizador (de caráter mais conservador, produtivista, mais alinhado ao paradigma de combate à seca) da época, enquanto que as outras famílias têm priorizado a pecuária só mais recentemente, na década de 2000, sob a égide de um novo discurso modernizador (mais alinhado ao paradigma de convivência com o semiárido, que se pretende mais democrático e destinado à inclusão de estratos sociais menos favorecidos historicamente)⁷.

Nesse lugar, percebemos que seu histórico de formação se inscreve, portanto, no processo de reconversões produtivas (em seu sentido mais estrito, de mudança nas relações econômicas de uma região), no entanto, informa sobre dinâmicas sucessivas (que são mais sociologicamente relevantes) de conversão social em que determinados grupos sociais que conseguiram alterar a quantidade e a composição de capital (em suas diversas formas), devido às (e provocando as) mudanças nas relações de poder, alteram suas posições sociais no quadro figuracional.

No caso do Sítio Santo Izidro, como exemplo do processo de reconversão, temos o caso de alguns integrantes da família Freitas/Valentim que, devido a um encadeamento sucessivo de acontecimentos engendrados desde a época do Sr. Zé Augusto, conseguiram se colocar em posições sociais diferenciadas em relação ao restante das famílias do local. O Sr. Zé Augusto, por ter tido possibilidade de acessar variados tipos de capital (capital social e cultural, posteriormente convertidos em capital econômico) através de sua incipiente (mas muito distintiva) alfabetização, que possibilitava sua atividade comercial de almocreve, conseguiu ascender de uma situação de subordinação ao seu sogro, enquanto era um de seus moradores, para uma situação de proprietário, agora subordinando moradores, e de comerciante influente (importante intermediário entre as comunidades produtoras de algodão e sisal e o amplo mercado regional e global), o que viria a repercutir decisivamente no direcionamento produtivo de alguns de seus filhos enquanto pecuaristas proprietários (sem moradores), que, diante de uma série de possibilidades (proporcionadas pela ‘herança’⁸) e constrangimentos (como por exemplo, a crise dos ciclos do algodão e do sisal e pressão demográfica sobre a propriedade familiar), se organizaram produtivamente em torno do criatório de gado. Como resultado desse

⁷ Para maior elucidação sobre os paradigmas de combate à seca e convivência com o semiárido ver NUNES (2011) e SILVA (2007).

⁸ A conceituação desenvolvida por Bourdieu (1998) sobre a herança pode aplicar-se ao caso em tela. Entendendo a herança como o procedimento de perpetuar e transmitir um conjunto de disposições do pai, mais precisamente, um projeto de reprodução, que possui uma contradição inerente (mas que subsiste pela função de reproduzir certo modo de vida): o filho herda o projeto do pai ao mesmo tempo em que o assassina, através da superação ou do desejo de superação. Foi o caso de alguns filhos do Sr. Zé Augusto, que de posse de uma herança (um pouco econômica e um pouco social) negaram certa organização produtiva (cotonicultura/sisalicultura + policultura alimentar + sistema de moradia), na medida que se adaptaram a certos constrangimentos e recriaram novas fórmulas produtivas (pecuária+ assalariamento precário) ao mesmo tempo em que possibilitam dar continuidade ao ‘projeto’ reprodutivo do pai.

processo, portanto, temos a diferenciação que ocorre internamente ao sítio, entre os Freitas/Valentim e as outras famílias, que reflete a entrada, por parte desses grupos, no processo de (re)pecuarização, em dois momentos diferentes.

Com os exemplos do Sítio Santo Izidro, vimos que o processo de (re)pecuarização, que pode ocorrer sob diferentes formas, operou no sentido de alterar o posicionamento social dos grupos envolvidos, aspecto intrínseco ao processo e que tem a ver com as possibilidades econômicas que a pecuária proporciona e com o potencial de diferenciação social, algo que ficou mais facilmente visualizado no sítio pela oposição entre os Freitas/Valentim e as outras famílias.

5 - Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. As contradições da herança. In: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDEIU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- CUNHA, L. H.; SILVA, J. I. A. O.; NUNES, A. M. B. A proteção da natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 80-96, jan./jun., 2008.
- ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.
- NUNES, A. M. B.; CUNHA, L. H. H. Rupturas e continuidades do campesinato no semi-árido nordestino: o caso da pecuária no Sertão do Pajeú. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010. Porto de Galinhas / PE. **Anais...** Porto de Galinhas/ PE: ALASRU / UFRPE-UFPE, 2010.
- NUNES, A. M. B. **A (re)pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande, PB, 2011.
- SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, jul./set. 2007.